

## Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica no município de Humaitá-AM

### Project High School in Person with Technological Mediation in the municipality of Humaitá-AM

Valdson Moura Tenório<sup>1</sup>

Ângela Maria Gonçalves de Oliveira<sup>2</sup>

Eulina Maria Leite Nogueira<sup>3</sup>

#### RESUMO

No estado do Amazonas, a distância das comunidades ribeirinhas em relação aos centros urbanos impele dificuldades na implantação de políticas públicas a exemplo do acesso ao ensino escolar. O governo do Amazonas implantou em 2007 o Projeto Ensino Médio Presencial Mediado por Tecnologia (EMPMT) com o objetivo de atender a essa população utilizando as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC's) para oferta do ensino médio nas escolas do campo. Este trabalho é resultado de um PIBIC desenvolvido entre 2021/2022. A motivação surgiu nas aulas da disciplina de educação do campo ao problematizar o uso da tecnologia nas escolas do campo, de acordo com as condições da região amazônica. Este trabalho tem como objetivo analisar, estudar, compreender e descrever como o projeto EMPMT está sendo desenvolvido nas escolas do campo do Município de Humaitá-Amazonas, sob a ótica dos(as) professores(as), e esboçar o perfil desses professores. A partir da pesquisa de campo utilizando da entrevista com os professores, os dados foram analisados com base na abordagem dialética, dentro da teoria crítica. Os resultados evidenciam a lógica mercadológica e a inobservância do Estado ao formular políticas públicas, como o projeto EMPMT, de forma paliativa, relativizando a real necessidade das localidades do interior por uma educação de qualidade, com profissionais do campo para atuar no ensino médio na escola do campo.

**Palavras-chave:** Ensino; Mediação; Tecnologia; Educação; Campo.

#### ABSTRACT

In the state of Amazonas, the distance between Riverside communities in relation to urban centers leads to difficulties in implementing public policies, such as access to school education. The government of Amazonas implemented the Technology-Mediated In-Person Secondary Education Project (EMPMT) in 2007 with the aim of serving this population using digital information and communication technologies (TDIC's) to offer secondary

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: [valdson.tenorio@ufam.edu.br](mailto:valdson.tenorio@ufam.edu.br). Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0006-8142-9256>.

<sup>2</sup> Pós Doutora em Educação pela Universidade Federal de Tocantins. Docente efetivo da Universidade Federal do Amazonas-UFAM. E-mail: [angelabiase@ufam.edu.br](mailto:angelabiase@ufam.edu.br). País. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1619-8958>

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: [eulianog@hotmail.com](mailto:eulianog@hotmail.com) País. ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-7725-6464>

education in rural schools. This work is the result of a PIBIC developed between 2021/2022. The motivation arose in rural education classes when problematizing the use of technology in rural schools, according to the conditions of the Amazon region. This work aims to analyze, study, understand and describe how the EMPMT project is being developed in rural schools in the Municipality of Humaitá-Amazonas, from the perspective of teachers, and outline the profile of these teachers. From field research using interviews with teachers, the data were analyzed based on the dialectical approach, within critical theory. The results highlight the marketing logic and the State's lack of compliance when formulating public policies, such as the EMPMT project, in a palliative way, relativizing the real need of inland locations for quality education, with rural professionals to work in secondary education at school. from Camp

**Keywords:** Teaching; Mediation; Technology; Education; Field.

## INTRODUÇÃO

A educação pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária a partir de estratégias que viabilizem a garantia dos direitos sociais no Art. 06 da Constituição Federal (Brasil, 1988) e o direito à educação de qualidade, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) — Lei nº 9.394/1996. Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece 20 metas a serem alcançadas, pondo em destaque a meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda população e aumentar o índice de matrículas no ensino Médio.

Por conseguinte, o Norte do Brasil possui um vasto território Florestal com bacias hidrográficas que cortam os estados e cidades da região, tornando inviável o alcance dos objetivos estabelecidos pelas normativas legais, devido à logística e à distância das comunidades em relação às cidades. Esse contexto atinge aos estudantes do interior em todas as etapas da educação básica, principalmente o ensino médio, que necessita de profissionais formados nas diversas áreas do conhecimento. Somado a isso, existe ainda a ausência de políticas públicas de incentivo à formação docente para atuar no campo, como também a formação continuada e a permanência nessas localidades.

Na tentativa de solucionar tal demanda, a Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas (SEDUC-AM) implementou, em 2007, o Projeto Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica (EMPMT). Nessa proposta, o governo do Amazonas, utilizando recursos tecnológicos, buscou universalizar o acesso da população do campo à educação escolar.

Compreendemos que a educação, como processo histórico social, vive em constante movimento, isso é vital para que a educação consiga responder a todos os desafios, por isso, buscamos investigar como essa proposta voltada para o Ensino Médio é desenvolvida nas escolas do campo no interior do Município de Humaitá-Amazonas. Na metodologia, optamos por utilizar como base a abordagem dialética, dentro da teoria crítica da educação. E, o objetivo foi analisar, estudar, compreender e descrever como o Projeto Ensino Médio Mediado por Tecnologia está sendo desenvolvido nas escolas do interior do Município de Humaitá-Amazonas sob a ótica dos(as) professores(as) presenciais, e traçar o perfil desses professores. Motivado com as discussões sobre o uso da tecnologia nas escolas do campo, o modo como ocorre e considerando os condicionantes da realidade amazônica, tal inquietação culminou em um projeto de iniciação científica (PIBIC), desenvolvido entre 2021/2022 do qual este trabalho é resultado.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A educação escolar brasileira possui um histórico com o surgimento de políticas educacionais. Por sua vez, essas políticas são vinculadas às políticas sociais, que são ações orientadas por meio de legislações nacionais, programas e projetos (Nascimento, 2017). Essas políticas são ações tomadas pelo Estado para atender às demandas sociais que produzirão efeitos para o desenvolvimento da sociedade e vale salientar que a iniciativa para criação de políticas não parte do Estado, mas sim de reivindicações decorrentes de confrontos sociais, como os movimentos de luta pela redemocratização, por exemplo, pela educação escolar indígena, campesinato, valorização do magistério, dentre outros, que objetivam sanar ou compensar alguma falha na garantia de direitos em algum âmbito da sociedade. Segundo Nascimento (2017), com base em Hofling (2001), as políticas públicas são o Estado em ação por via de ordenamento jurídico para garantia de direitos sociais (Brasil, 1988, Art. 62), bem como proteção, desenvolvimento e diminuição das desigualdades por meio de programas e ações. Essas terminologias "política" e "pública" caracterizam-se como ação direta e indireta, seja na esfera social, pública e cidadã, com o comprometimento democrático para o cumprimento de demandas sociais de interesse e participação comum.

O Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência entre 2014 e 2024, constitui um documento que define compromissos entre os entes federativos e diversas instituições para o avanço da educação brasileira. A agenda contemporânea de políticas públicas educacionais encontra no PNE uma referência para a construção e acompanhamento dos planos de educação estaduais e municipais, o que o caracteriza como uma política orientadora para ações governamentais em todos os níveis federativos e impõe ao seu acompanhamento um alto grau de complexidade (Brasil, 2015).

Nos aproximando da realidade observada, o Estado do Amazonas possui 62 municípios distribuídos por cerca de 1,6 milhões de km<sup>2</sup> (IBGE, 2010), o que representa 18,4% do território nacional, com a maior e mais diversificada rede hidrográfica do mundo, ou seja, as estradas são como os rios no Amazonas. Sendo o transporte fluvial o mais usual na região e que mais é afetado durante os períodos de vazante e seca (Maia, 2010). Nesse sentido, atingir o objetivo estabelecido na meta 3 do PNE torna-se inviável devido à logística da região, sendo o Amazonas o maior estado da Região Norte, com área territorial de 1.559.167,878 km<sup>2</sup> e um contingente populacional de 4.207.714 pessoas (IBGE, 2020), das quais 168.680 se autodeclaram indígenas (IBGE, 2010), espalhados entre cidades e comunidades rurais.

O Governo do Estado do Amazonas, a SEDUC-AM e o Conselho Estadual de Educação - CEE propuseram a criação do “Projeto” Ensino Médio Presencial Mediado por Tecnologias - EMPMT no ano de 2005. O objetivo desse projeto era sanar a demanda pela educação escolar nas localidades mais distantes dos centros urbanos, na qual os jovens encontram dificuldades para o acesso à escola devido às questões geográficas e à logística da região. Essa realidade ainda provoca um cenário de desigualdade e exclusão do campo quanto à oferta de educação escolar específica e de qualidade para a população do campo. Somado a isso, há a baixa quantidade de estudantes que apresentam o mínimo de condições para frequentarem as aulas, como também o contingente profissional reduzido que possua o mínimo de formação para atuar nas diversas áreas do conhecimento no Ensino Médio, fato constatado em 2004 pela SEDUC/AM (Dias, 2018; Souza, 2016) e que afeta diretamente o processo de democratização da educação básica de qualidade no estado.

Em 04 de abril de 2006, pelo Ato Normativo nº 27/2006, o Conselho Estadual de Educação - CEE/AM aprovou a proposta de projeto e seu funcionamento, agregando as tecnologias digitais para a transmissão de aulas em tempo real para as escolas polo nos primeiros quatro anos de funcionamento, a fim de cumprir com as premissas dos dispositivos legais (Souza, 2016). Segundo Souza (2016), o projeto foi criado com o objetivo de solucionar a crescente necessidade pelo Ensino Médio no interior do estado, para garantia do direito à educação escolar e, dessa forma, buscaram nas tecnologias a solução para mediar docentes situados na capital com os estudantes nas localidades mais distantes.

A modalidade de educação promovida pelo Projeto Ensino Médio Presencial Mediado por Tecnologia – EMPMT, que, de acordo com o Centro de Mídias de Educação - CEMEAM, “[...] é considerada uma política pública consolidada pelo Estado e não mais um projeto” (Nascimento, 2017, p. 15) abrange as três dimensões: a presencialidade, mediação e interatividade; dos quais são aspectos que a denominam como educação escolar híbrida, pois reúne aspectos da EaD e da Educação Presencial (UNICEF, 2008; Nascimento, 2017). Segundo Moran (2015), a Educação Híbrida é uma mistura, ou mesclagem, de diversos saberes, valores e metodologias, que integram um currículo flexível, básico e fundamental, a fim de atender as necessidades do aluno no seu processo de ensino e aprendizagem e que, na maior parte dos casos, prioriza a manutenção do modelo curricular predominante.

Não obstante, o EMPMT prioriza os princípios da interdisciplinaridade e contextualização, de modo que o ensino e aprendizagem estejam vinculados à prática social, mas, mesmo agregando outras mídias para o atendimento presencial nas salas anexas, ficou marcada como educação à distância (Dias, 2019). Contudo, a Educação à Distância, ou EaD, se caracteriza pelo modelo síncrono que dispensa presencialidade entre aluno e professor, e também é preciso a participação de uma instituição educacional que faz o gerenciamento das questões administrativas e pedagógicas. Nessa modalidade se utilizam as tecnologias para mediar o processo de ensino-aprendizagem na forma mais industrial da educação (Keegan, 1980 *apud*. Mugnol, 2016). Essa organização é denominada como gerenciamento tecnoburocrático, que se baseia nos princípios fordistas e tayloristas de divisão do trabalho e na produção massiva padronizada em âmbito administrativo e pedagógico, no qual o objetivo

é alcançar resultados eficazes como tentativa de compensar a ausência em ofertas de ensino regular (Tenório, 2011).

Souza (2016) afirma que a mediação presencial diante das transmissões remotas e dos momentos síncronos e assíncronos, bem como a organização das aulas, configura o EMPMT como modalidade presencial, e conta com a regularidade de 800 horas anuais que demandam a presencialidade do aluno em uma modalidade que organiza as disciplinas em módulos (Pyres, 2020). No Novo Ensino Médio, essa carga horária de 800 horas anuais foi ampliada para 1000 horas anuais obrigatoriamente até o ano de 2022, conforme a exigência do Ministério da Educação (Brasil, 2018), porém não tivemos autorização da SEDUC-AM para obter a proposta curricular do projeto e nem as entrevistas com os docentes ministrantes do EMPMT. Por isso, ficamos restritos às fontes bibliográficas sobre a organização, funcionamento e estrutura do projeto em seus planos pedagógicos.

Quanto aos aspectos Administrativos, o programa está estruturado da seguinte forma, segundo Unicef (2008); Souza (2016); Nascimento (2017) e Dias (2019): O Centro de Mídias de Educação do Amazonas - CEMEAM, Central de Produção Educativa - Lei Delegada nº 78 (de 18 de maio de 2007 e alterada pela Lei Delegada no 3.642, de 26 de julho de 2011), possui (07) sete estúdios na SEDUC/AM em Manaus. Dessa central, é enviado o comando de TV interativa (*Internet Protocol*) para o satélite que transmite o sinal de São Paulo e depois retransmite as aulas para as antenas de cada uma das 2.256 salas nos 62 municípios em tempo real, através do terminal VSATs. Cada uma dessas salas possui *kits* tecnológicos com pacotes de acesso à internet e, esse sistema, possui uma plataforma de interação bidirecional entre os professores(as) ministrantes nos estúdios do CEMEAM em Manaus e as demais escolas, nas quais o(a) professor(a) presencial em sala é o mediador por videoconferência e no *chat* entre aluno e o professor(a) ministrante no estúdio.

A proposta está ancorada nos princípios de igualdade de acesso, permanência, liberdade de aprender e pluralismo de ideias, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Ensino Médio e as Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Básica, estabelecidos na CF/1988 e na LDBEN/1996, bem como o Projeto Político Pedagógico do programa. Para operacionalização, o programa conta com Coordenação

Adjunta Pedagógica, Assessores Pedagógicos, Professores Ministrantes, que são os responsáveis pelo planejamento e organização das aulas (Souza, 2016).

As coordenadorias regionais são responsáveis pelo gerenciamento financeiro, administrativo e pedagógico a nível regional de todas as escolas do segmento estadual no município no qual estão sediadas, atuando em parceria com governo do estado para manutenção da estrutura dessas escolas e comunicação com sede localizada na Secretaria de Educação e Desporto - SEDUC/AM em Manaus. Já a Coordenação Adjunta, localizada nos Estúdios no Centro Mídias do Amazonas – CEMEAM, atua diretamente na comunicação entre as escolas matrizes do programa nas questões administrativas e pedagógicas, como o sistema de transmissão das aulas, frequência, avaliações e planejamento bimestral.

Para o planejamento didático-pedagógico, é oferecida formação anual para os professores, a fim de auxiliar nas aulas, as quais são elaboradas por dois professores por disciplina a partir da proposta inicial para aquele período (UNICEF, 2008). A intermediação entre as coordenadorias é realizada pela escola matriz, a qual fica situada no município e é responsável pelo envio de dados dos alunos matriculados, como frequências, avaliações, gravações para reposição de aulas em caso de falta de energia e ordens de serviço para manutenção dos *kits* tecnológicos. O diretor da escola matriz atua como diretor de todas as turmas dessas escolas, são as chamadas “salas anexas”, pois funcionam em escolas regulares, sendo utilizadas somente em períodos como o noturno, quando não estão ocorrendo as aulas regulares, pois essas salas, em sua grande maioria, são de escolas municipais que fazem a parceria com o estado para oferta de outros níveis de escolaridade nas localidades do interior.

Adiante, a inserção de tecnologias na educação surge a partir da década de 60, em vista do desenvolvimento industrial do Brasil e estiveram presentes em momentos históricos, de acordo com a necessidade de aprimorar a força produtiva e o viés mercadológico para o desenvolvimento tecnológico do país (Pyres, 2020). Esse processo de inserção começou com o uso do papel impresso na 1ª geração da Educação à Distância - EaD, migrando para os meios de comunicação em massa até o surgimento da Internet como atesta Mugnol (2016) em sua tese. Somente na década de 80 que as tecnológicas adentram a educação escolar através

de projetos que buscaram aproximar estudante e máquina, posteriormente vindo a adentrar os outros níveis da educação formal.

A partir da EAD, houve o surgimento de programas e políticas públicas para resolução de diversos problemas sociais que envolvem a educação, como o Programa de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação-PROFORMAR, para atender a demanda pela formação docente. O Proformar funcionou entre os anos de 2002 e 2006 e essa modalidade combinava o ensino à distância, por meio de transmissões via satélite com a presencialidade dos alunos em sala de aula acompanhados por um professor assistente, com isso, o programa possibilitou a formação de 15 mil docentes com Curso Normal Superior para atuar na educação básica (UNICEF, 2008).

A formulação dessas políticas e projetos, em favor da educação, tinham por objetivo sanar demandas sociais, seja para a educação ou para produção de mão-de-obra especializada, o que advém de uma lógica de mercado (Pyres, 2020; Nascimento; 2019). É importante salientar que esse programa, assim como o PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, serviram de inspiração para a criação de outros modelos de sistemas de ensino, vindo a ser o modelo que inspirou o Programa Ensino Médio Presencial Mediado por Tecnologia, evidenciando esse aspecto na elaboração de políticas voltadas para educação, a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa científica enquanto ação humana é imbricada de interesses econômicos, políticos, sociais e ideológicos e deve apresentar um rigor com os métodos que serão utilizados, pois a pesquisa não é neutra, principalmente na pesquisa em educação, a qual busca desvelar os diferentes pressupostos por trás da realidade contextual (Gamboa, 2007). Por isso, optamos pela pesquisa qualitativa, pois é a que melhor se aplica na investigação dos aspectos sociais e daquilo que é produto da ação humana (Minayo, 2010). Através da pesquisa documental compreendemos os princípios que norteiam o Projeto Ensino Médio Presencial Mediado por Tecnologia, bem como sua organização administrativa e pedagógica, para alinhar às bibliografias que constituem material que situa o que é investigado (Gil, 2002)

dentro do campo teórico da temática. Na coleta de dados, através da pesquisa de campo, utilizamos a entrevista semiestruturada através do *Google Forms*, com o objetivo de investigar como se desenvolve o EMPMT em Humaitá-AM sob a ótica de seus professores em suas respectivas escolas. Foram entrevistados a coordenação local do programa e dois(duas) professores(as) presenciais/tutores. A análise dos dados coletados foi realizada dentro da abordagem dialética, na teoria crítica da educação, que denota o caráter crítico para a autorreflexão e o esclarecimento a partir da contradição acerca de realidade concreta (Nobre, 2011). Por fim, dispomos os dados em três quadros demonstrativos dos resultados encontrados sobre nossa investigação.

## **ANÁLISES E RESULTADOS**

No total, o Programa Ensino Médio Presencial Mediado por Tecnologia – EMPMT atende a 27 turmas anualmente, distribuídas entre as 14 comunidades do interior do Município de Humaitá no ano de 2022, totalizando 349 alunos matriculados no Ensino Médio Mediado por Tecnologia. Cabe destacar que o programa não só atende as comunidades do campo distantes dos centros urbanos, mas também assiste à população indígena quanto a oferta pela educação escolar.

Em Humaitá-Amazonas, o Projeto Ensino Médio Presencial Mediado por Tecnologia é gerenciado pela Escola Tancredo Neves, que passou a ser gerenciada pela Secretaria de Educação Municipal, e funciona como matriz e base de gerenciamento para as salas anexas situadas nas comunidades. Por sua vez, a escola matriz conta com Gestor e Pedagogo(a) para auxiliar os(as) professores(as) presenciais, tutores, que atuam nas salas anexas.

Abaixo, temos o demonstrativo do contingente de professores presenciais – Tutores do Projeto Ensino Médio Presencial Mediado por Tecnologia – EMPMT do Município de Humaitá-Amazonas, com base nos dados do setor de pessoal da Coordenadoria Regional de Educação do referido Município e categorizados de modo que possamos traçar o perfil desses(as) professores(as) separando-os em categorias e dispostos no quadro 2.

O Município de Humaitá-Amazonas contava com um total de 27 professores no ano de 2022, sendo 14 em regime de contratação temporária (Celetistas) e 13 Concursados que

são de concursos anteriores ou remanejados pela Coordenadoria Regional de Educação local. Vale destacar que a maioria desses profissionais possui formação em nível superior ou equivalente. Segundo Silva (2010), fatores como a falta de planos de carreira estruturados, péssimas condições de trabalho, regime de contratação restrito a processos seletivos (professores PSS) e baixos salários se apresentam como um declínio nas funções do estado. Esses são aspectos que afetam diretamente a qualidade da educação escolar. Somado a isso, as condições logísticas características da região Amazônica impelem não só na oferta do ensino presencial regular, mas no incentivo para formação e contratação de profissionais para atuar nas diversas áreas do conhecimento para o Ensino Médio.

Ora, o regime de contratação desses profissionais vem restringindo suas possibilidades de buscar o aperfeiçoamento em nível de pós-graduação, o que acarreta na perseguição aos que buscam o aprimoramento na área de atuação. Isso fica evidente no quadro 3, no qual apresentamos os editais do último concurso para o cargo de professor(a) do Ensino Mediado por Tecnologia, como também o recorrente uso de processos seletivos para o provimento de profissionais para atuar nessa modalidade no município de Humaitá-Amazonas.

Nos últimos 5 anos, não houve concursos públicos para o provimento de contingente efetivo de docentes para atuar nas salas anexas situadas nas localidades no interior do Município de Humaitá, o último ocorreu em 2018 e não constavam vagas para professor(a) do Ensino Mediado por Tecnologia. No caso, somente constam vagas para contratação temporária de professores(as) por meio de processos seletivos nos anos de 2019 e 2020.

A partir dos quadros dispostos, notamos que grande parte dos(as) professores(as) presenciais são da área urbana do Município de Humaitá, diferente das escolas indígenas, as quais têm por exigência que o docente seja da mesma aldeia com a anuência de todas as lideranças, nas demais não consta esse mesmo pré-requisito dos entes da comunidade. Desses profissionais, 4 possuem nível superior (magistério) e 4 indígenas possuem Magistério Pirayawara, 18 possuem licenciatura e, destes, somente “Prof.P22” e “Prof.P14” possuem Mestrado e são lotadas nas escolas das principais vias de acesso que levam à cidade de Humaitá-Amazonas. Esse grande número de profissionais vindos da cidade é reflexo do

déficit na formação escolar de estudantes de campo, isso devido à ausência de profissionais formados para atuar no campo.

No contexto da região Amazônica, é comum perceber que este tipo de situação é que afeta o processo de formação escolar de muitos estudantes no interior, como também a possibilidade de que possam frequentar o ensino superior e serem formados docentes para o campo. Além disso, há a ausência de incentivos à permanência no campo, como nos mostra o relato de Prof.P22 (2022).

**Entrevistador:** *Conte sobre sua trajetória escolar.*

**Prof.P22:** *Estudei em escolas públicas, no campo e na cidade.*

Pedimos à Prof.P27 (2021) que contasse sobre sua trajetória de formação acadêmica até a contratação como docente no Projeto EMPMT.

**Prof.P27:** *Pois estudei o ensino fundamental e médio na escola pública na minha aldeia, fiz o provão encejaja pra concluir o ensino fundamental de 6º ao 9º ano, antiga 8ª série, o ensino médio também concluí no provão do encejaja. Minha comunidade teve a confiança de me indicar para participar do curso de formação de professores, o pirayawara, que forma professores indígenas em nível médio e magistério indígena, pois desde então estou na educação escolar indígena como professor e gestor responsável da escola estadual indígena kwatijariga, a 13 anos na área da educação escolar indígena.*

Podemos notar a diferença que se apresenta no processo entre ambos os docentes como o nível de formação e as condições de acesso. Assim, Prof.P22, por residir na comunidade do Ipixuna a 45Km da área urbana, possui mais facilidade para chegar à universidade onde cursou o Mestrado no Programa de Pós-Graduação no Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH). E, além do regime de contratação, como estatutária, tem o direito ao afastamento para frequentar a formação continuada, já Prof.P27, contratado temporariamente, não tem as mesmas garantias e fica impossibilitado devido à distância e às possibilidades de deslocamento para a universidade.

Questionamos os entrevistados quanto às possibilidades de formação continuada, porém não houve resposta alguma, somente recebem treinamento para atuação no projeto

EMPMT, tanto Prof.P27 (2021) e o Gestor da Escola Matriz - GEM (2021) corroboram no mesmo relato de Prof.P22 (2022).

**Prof.P27 e GEM:** *participamos de jornada pedagógica que tem todo início do ano letivo e treinamento na prática para saber manusear o equipamento.*

O equipamento é composto por TV, Impressora, WebCam, Computador de Mesa com Mouse, Teclado e Atena, não possuem complexidade quanto em serem operados. Esse profissional, na maioria das vezes denominado por tutor, não só é o responsável por aplicar as avaliações e verificar a frequência dos alunos, mas também é aquele que transmite esses dados para a escola matriz, inserindo essas informações no Portal Educacional da SEDUC-AM para o acompanhamento do desempenho das turmas pela coordenação adjunta e o sistema de gerenciamento escolar. Além dessas atribuições, o(a) professor(a) presencial faz a tradução da linguagem para a língua materna nas escolas situadas em aldeias indígenas, como também tira a dúvida dos alunos em caso de terminologias mais complexas, quando não, solicita através do *chat* a explicação do professor ministrante daquele conteúdo. Na maioria dos casos, esse profissional tem que se fazer de secretário, diretor, merendeiro e zelador, quando não, faz a manutenção nos equipamentos utilizados na sala de aula (Souza, 2016; Nascimento, 2017; Dias, 2018).

Nas localidades do interior, nas quais o acesso à tecnologia é um tanto restrito, esses profissionais tornam-se essenciais, devido ao pouco contato dos alunos com esses equipamentos, essa diferença fica evidente no relato de Prof.P22 (2022) ao falar da interação com os alunos na sala onde atua na comunidade do Ipixuna.

**Prof.P22:** *“[...] preparar o ambiente, ligar o equipamento. Motivar os alunos para permanecerem. Existem muitas variáveis nessa questão. Os alunos que têm acesso à internet, notebook, têm condições de estudar em casa, essa forma de ensino para eles que estão no campo é muito boa. Diferente daqueles que não possuem as mesmas condições, apresentam mais dificuldade para acompanhar, os que moram distantes da escola”.*

Segundo Costa e Knuppel (2014) e Bezerra e Carvalho (2011), o papel exercido pelo tutor presencial na EaD é o de facilitador, mediador no processo de ensino e aprendizagem do

estudante, cabendo a ele também incentivar o estudante no processo, sendo o elo articulador aluno-tutor-professor. Apesar de o(a) professor(a) presencial desempenhar atividades que se aproximam das atribuições docentes, como fazer a chamada, aplicar as avaliações e tirar as dúvidas, ainda assim não substitui o professor ministrante.

De acordo com Bezerra e Carvalho (2011), a concepção que se tem do tutor ao exercer ações educativas acaba por ser confundido com o que se concebe como professor, dessa maneira, ao desempenhar as funções básicas, conforme a descrição Prof.P22 (2022), leva à esse equívoco, como se nota na nomenclatura “professor-presencial”. O diferencial, em ambos os papéis, se dá pelo fato de não haver aula propriamente dita, pois, para exercer a função de docente precisaria compreender a forma escolar, de modo que tenha domínio dos conteúdos das disciplinas que acompanha (Mill *et al.*, 2008 *apud.* Costa; Knuppel, 2014).

Por isso, o professor da modalidade regular é insubstituível diante à mediação tecnológica, pois o processo de ensino e aprendizagem é social, recíproco da interação entre o docente e o discente, e não se restringe à sala de aula, mas adentra na vida social. Ademais, contrariar isso tende ao fracasso de políticas educacionais ao desconsiderar estes aspectos (Silva. 2010).

Embora haja a mediação tecnológica para comunicação entre estudante e professor ministrante, na realidade amazônica, a presencialidade é essencial, não só pela questão sociocultural, mas a aproximação com a realidade concreta e a dimensão humana do processo. Nisso, o professor terá maiores dificuldades em tornar-se exemplo, tanto pela distância em relação aos alunos, quanto pela alienação ao tecnicismo e o regime de trabalho que impossibilita sua ação política do professor como educador. Conforme Celikates (2012) e Gomes (2015), pressupõe-se que na maioria das vezes o que ocorre é o não reconhecimento de si enquanto sujeito social, isso em função do processo de subjetivação por via da semicultura/seminformação.

A educação, nesse sentido, legitima as concepções quanto à ideologia dominante disseminada nas salas de aula por meio do conhecimento massificado, a padronização atribui validade a um regime imposto de que tudo é aceitável, enquanto os saberes e o contexto real concreto da comunidade ficam de fora. Segundo Silva (2010), por trás do discurso messiânico

de democratizar a educação através da EAD configura essa modalidade como uma nova mercadoria que deve ser amplamente fornecida. O novo enfoque do neoliberalismo nas políticas educacionais no Brasil provoca o descompromisso com a educação e a subordinação à lógica do mercado e ao Banco Mundial e dos padrões estabelecidos pela OCDE. Pensar a formação do sujeito no interior do Amazonas implica em reconhecer as especificidades desse processo e que são ignorados na formulação dessas políticas públicas, reproduzindo as desigualdades utilizando a própria educação como mecanismo, o que constitui uma dicotomia entre as normas jurídicas e a realidade (Silva, 2010).

Ocasionalmente isso nos leva a crer que este modelo de educação necessariamente não é um fator de emancipação ou mudanças, especificamente quando adquire caráter informacional massificador (Adorno, 1995), unindo a tecnologia potencializa a reprodução de barbáries no campo socioeducacional daquilo que não se enquadra na cultura. Esses modelos vêm afetando outras possibilidades como a contratação de professores qualificados por meio de concursos públicos e a permanência no campo, pois não é visto como prioridade o avanço elevar a qualidade efetivamente capaz de tornar explícita os condicionantes através. Portanto, devemos buscar maneiras de humanizar os aspectos da EAD presentes nessa modalidade, como também a participação de todos os agentes envolvidos no processo de reivindicação e formulação de políticas públicas para garantia de seus direitos sociais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inserção das tecnologias na educação escolar atualmente é objeto de discussões. Em contextos diferenciados, a realidade no interior do Estado do Amazonas é afetada drasticamente na oferta regular para os estudantes do ensino médio. O Projeto Ensino Médio Presencial Mediado por Tecnologia - EMPMT foi elaborado pelo governo do estado como solução a essa demanda social. Contudo, por mais de uma década o projeto serviu como paliativo à real necessidade do campo, além da negligência do estado em propor outras soluções para a condição nessas localidades no interior. Os resultados apontam a lógica mercadológica por trás do processo de formulação de políticas educacionais que atuam como justiça social na resolução da ausência em ofertas de educação regular no estado. Isso fica

evidente a partir dos relatos dos entrevistados e dos dados dispostos nos quadros. Esses aspectos são reflexo da exclusão do campo em relação às escolas urbanas, pois não é de interesse da classe dominante que a classe proletária eleve os índices de qualidade de educação através de uma formação crítica e por isso essa educação vem sendo precarizada através de uma modalidade que atenda aos mínimos padrões. Portanto, o papel do professor presencial no projeto Ensino Médio Presencial Mediado por Tecnologia é crucial nesse processo, pois deve atuar como agente mediador em vista de novas possibilidades junto à comunidade, a fim de superar essa realidade social e exigir melhores condições de trabalho, possibilidade de formação continuada e a criação de novos postos de trabalho através de concursos públicos, os quais assegurem a estabilidade profissional e um plano de carreira bem estruturado.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. In: Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AMAZONAS. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Educação. **Plano Estadual de Educação do Amazonas (PEE/AM)** - (2008-2018). Manaus/AM, 2015.

AMAZONAS. EDITAL N° 02 – 2022. **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS/SEDUC/2022 INTERIOR-ÁREA INDÍGENA**. [Processo Seletivo Simplificado-PSS/SEDUC/2022 visando ao cadastro de reserva para futura contratação temporária de Professores Indígenas]. AMAZONAS: Secretaria de Estado de Educação e Desporto - SEDUC, Manaus/AM, 2022. Disponível em: [http://www.educacao.am.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/EDITAL\\_N\\_02\\_PSS\\_2022\\_AREA\\_INDIGENA.pdf](http://www.educacao.am.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/EDITAL_N_02_PSS_2022_AREA_INDIGENA.pdf). Acesso em: 08 jun. 2022.

AMAZONAS. Edital N° 01/2022. **Processo Seletivo Simplificado-PSS/SEDUC/2022 para as Escolas da Rede Estadual de Ensino Capital/Interior**. [Processo Seletivo Simplificado-PSS/SEDUC/2022 visando ao cadastro de reserva para futura contratação temporária de Professores]. AMAZONAS: Secretaria de Estado de Educação e Desporto - SEDUC, Manaus/AM, 2022. Disponível em: [http://www.educacao.am.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/EDITAL-No-01-PSS-RGULAR-MEMO\\_N\\_056\\_2022\\_GAAS\\_SEDUC-04.05-1.pdf](http://www.educacao.am.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/EDITAL-No-01-PSS-RGULAR-MEMO_N_056_2022_GAAS_SEDUC-04.05-1.pdf). Acesso em: 08 jun. 2022.

AMAZONAS. Edital N° 001 – 2019/2020. **Processo Seletivo Simplificado/2019 SEDUC – Capital/Interior**. [Contratação temporária de Professores nos Ensinos Regular, Especial e Tecnológico para a Secretaria de Estado de Educação e Desporto - SEDUC]. AMAZONAS:

Secretaria de Estado de Educação e Desporto - SEDUC, Manaus/AM, 2019. Disponível em: [http://www.educacao.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/edital\\_02.pdf](http://www.educacao.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/edital_02.pdf) Acesso em: 10 jun. 2022.

AMAZONAS. Concurso Público 2018 - **Edital de N° 01 – Nível Superior**. [Concurso Público para provimento dos cargos de Nível Superior, da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas – SEDUC/AM]. Amazonas: Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas – SEDUC, Manaus/AM, 2018. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/Edital-01-NIVEL-SUPERIOR.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2022.

AMAZONAS. Concurso Público 2018 - **Edital de N° 03 – Ensino Indígena**. [Concurso Público para o provimento dos cargos de Nível Superior, da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas – SEDUC/AM]. Amazonas: Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas – SEDUC, Manaus/AM, 2018. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Edital-03-Professor-Indigena.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2022.

AMAZONAS. Edital N° 001 – 2019/2020. **Processo Seletivo Simplificado/2019 SEDUC – Capital/Interior**. [Contratação temporária de Professores nos Ensinos Regular, Especial e Tecnológico para a Secretaria de Estado de Educação e Desporto - SEDUC]. AMAZONAS: Secretaria de Estado de Educação e Desporto - SEDUC, Manaus/AM, 2019. Disponível em: [http://www.educacao.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/edital\\_02.pdf](http://www.educacao.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/edital_02.pdf) Acesso em: 15 jun. 2022.

BEZERRA, Mayam de Andrade; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. **Tutoria**: Concepções e Práticas na Educação à distância. In. SOUSA, RP., MIOTA, FMCSC., and CARVALHO, ABG., orgs. Tecnologias digitais na educação [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 276 p. ISBN 978-85-7879-065-3. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/6pdyn/pdf/sousa-9788578791247-10.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. – Brasília, DF : Inep, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cartilha sobre o Novo Ensino Médio é lançada no Senado**; publicação explica mudanças/MEC. Brasília, DF: Ministério da Educação. 2018 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/novo-ensino-medio#:~:text=As%20escolas%20p%C3%ABlicas%20e%20privadas,%C3%A9%2C%2080%20horas%20por%20ano>. Acesso em: 22 ago. 2023.

CELIKATES, Robin. **O não reconhecimento sistemático e prática da crítica**: Bourdieu, Boltanski e o papel da teoria crítica. *Novos Estudos CEBRAP* 93, julho 2012 p. 29-42.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/nec/a/dXCxkJMyrsL9tKTfgYvSrbR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 jun. 2021.

COSTA, Maria Luisa Furlan; KNUPPEL, Maria Aparecida Crissi. **As representações sociais do trabalho do tutor presencial**: limites e possibilidades. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 4/2014, p. 191-209. Editora UFPR. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/RPKgvXtKwKTHgNJSdq5X7yp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 02 jul. 2022.

GAMBOA, Sívlio Sanchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argós, 2007.

GOMES, Luiz Roberto. **Teoria crítica da educação**: experiências atuais de pesquisa no Brasil e na Alemanha. *Revista Comunicações*, Piracicaba, v 22 n 3 p. 145-154, 2015.

Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/2478/1643>.

Acesso em: 22 jul. 2021

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 01 jun. 2023.

MAAR, Wolfgang Leo. Adorno. **Semiformação e Educação**. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 24, n. 83, p. 459-476, agosto 2003. Disponível em:

<http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 jul. 2021.

MINAYO, M. C. S.(org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MAIA, Haroldo de Oliveira. **Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica no Estado do Amazonas**: um estudo sobre competência inerentes ao professor presencial no município de Manaus. Dissertação de Mestrado. Malaga / Espanha, 2010.

MORAN, José. **Educação Híbrida**: um conceito-chave para educação, hoje. in: BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI, Fernando de Melo Orgs. *Educação Híbrida: Personalização e Tecnologia na Educação*. Porto-Alegre: Penso, 2015.

MUGNOL, Marcio. **Educação superior a distância no Brasil**: o percurso das políticas regulatórias. Jundiá. Paco, 2016

NASCIMENTO, Janilse Trindade do. **Ensino médio presencial com mediação tecnológica numa escola ribeirinha do Amazonas**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas - Am, 2017. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6115>. Acesso em: 08 mar. 2021.

NOBRE, Marcos. **A teoria crítica**. 3.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2011.

PYRES, Julyanne do Carmo. **Tecnologias de informação e comunicação no contexto escolar do ensino de ciências naturais na zona urbana de Humaitá - AM**: Caracterização e análise. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências e Humanidades, no curso de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades, da Universidade Federal do Amazonas - AM, 2020. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7941>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO. Centro de Mídias de Educação do Amazonas. **Aulas, vídeos, arquivos e slides do Ensino Presencial com Mediação Tecnológica para o Ensino Médio 2022**. Disponível em: <https://centrodemidias.am.gov.br/cursos/ensino-medio>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SILVA, Robson Santos. **A influência das Políticas Educacionais no desenvolvimento da Educação a Distância na Amazônia Brasileira**. In: GONÇALVES, Ruth Prestes. LIMA, Osmarina Guimarães de. MOREIRA, Elizeu Vieira. Orgs. *As Políticas educacionais: Visões críticas na atualidade*. Manaus: Fundação Universidade Federal do Amazonas, 2010.

SOTELO, Daniel. **Educação e Teoria Crítica**. Revista Científica FacMais, Vol. II, N. 1. Ano 2012. Disponível em: <https://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2012/10/3.EDUCA%C3%87%C3%83O-E-TEORIA-CR%C3%8DTICA-Daniel-Sotelo.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2021.

SOUZA, Antonio Tomé da Silva. **O professor presencial no projeto ensino médio presencial com mediação tecnológica no Amazonas**: repensando a atuação profissional no município de Beruri. Dissertação apresentada pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora-MG, 2016. Disponível em: <http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2016/06/ANTONIO-TOME-DA-SILVA-SOUZA.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **A unidade dos contrários: fordismo e pós- fordismo**. Revista de Administração Pública- Rap. Rio de Janeiro 45(4):1141-172, jul./ago. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000400011>. Acesso em: 22 ago. 2021

UNICEF, Brasil. **Igarité**: sistematização do ensino presencial com mediação tecnológica no estado do Amazonas. Ministério da Saúde. Brasília-DF, 2008.

## Anexos

**Quadro 1** – Salas Anexas nas Escolas do Campo do Município de Humaitá-AM

Comunidade	Nome da escola polo	Série – turma	Nº de alunos
Realidade	Esc. Mun. Ver. Manoel de Oliveira Santos	1º ano - 01	15
		2º ano - 01	32
		3º ano - 01	31
Valdivéz	Esc. Mun. Padre Luiz Bernard	1º ano - 02	15
		2º ano - 02	26
		3º ano - 02	22
Santa Luzia/lago do Antonio	Esc. Mun. Rural Maria do Carmo Ferreira	1º ano - 03	06
		2º ano - 03	04
		3º ano - 03	09
Engenho/lago do Antonio	Esc. Mun. Rural Manoel Tiago Ferreira	1º ano - 04	02
		2º ano - 04	08
		3º ano - 04	06
Cristolândia	Esc. Mun. Antonieta Ataíde	1º ano - 06	09
Muanense	Esc. Mun. João da Cruz	1º ano - 05	09
		2º ano - 05	20
		3º ano - 05	06
Aldeia Pupunha	Esc. Mun. Indígena São José	3º ano - 06	06
Carará	Esc. Mun. São João Bosco	3º ano - 07	17
Estirão Grande	Esc. Mun. Indígena São Jorge	3º ano - 08	15
Mirari	Esc. Mun. Edmee Brasil	3º ano - 09	02
São Rafael	Esc. Mun. Fluvial Osmarina Melo de Oliveira	3º ano - 10	22
Ipixuna	Esc. Mun. Marluce de Carvalho Lobato de Souza	3º ano - 11	05
Aldeia do Marmelo	Esc. Indígena Tupajakui	1º ano	17
		2º ano	09
		3º ano	24
Aldeia do Traíra	Esc. Indígena Kwatijariga	3º ano	06
		3º ano	06

**Fonte:** Autor (2022); Elaboração baseada nos dados coletados na Secretaria da Escola Matriz Tancredo Neves; Elaboração pelo autor.

**Quadro 2** – Quadro de Profissionais do Projeto Ensino Médio Presencial Mediado por Tecnologia no Município de Humaitá-Amazonas

Localidade de atuação	Apelido fantasia	Formação	Regime de contratação	Localidade de origem
Realidade	Prof.P01	Lic. em Pedagogia	Estatuário	Bairro São Cristóvão
	Prof.P02	Lic. em Pedagogia	Estatuário	São Cristóvão
	Prof.P03	Lic. em Pedagogia	Estatuário	Realidade
Valdiviez	Prof.P04	Normal Superior	Celetista	Bairro Santo Antônio
	Prof.P05	Lic. em Pedagogia	Celetista	Bairro São Domingos Sávio
	Prof.P06	Lic. em Pedagogia	Celetista	Bairro São Domingos Sávio
Santa luzia/lago do Antonio	Prof.P07	Lic. em Pedagogia	Celetista	Bairro São Domingos Sávio
	Prof.P08	Lic. em Pedagogia	Estatuário	Bairro São Domingos Sávio
	Prof.P09	Normal Superior	Estatuário	Bairro são Domingos Sávio
Engenho/lago do Antonio	Prof.P10	Lic. Ciências da Comp.	Estatuário	Bairro Nova Esperança
	Prof.P11	Lic. em Pedagogia	Estatuário	Bairro Nova Humaitá
	Prof.P12	Lic. em Pedagogia	Celetista	Bairro São José
Cristolândia	Prof.P14	Lic. Ped. Msc. Educação	Celetista	Br230 km-40 sent. Pvh – Rural
Muanense	Prof.P13	Lic. em Pedagogia	Estatuário	Bairro São José
	Prof.P15	Lic. em Pedagogia	Estatuário	Bairro Centro
	Prof.P16	Lic. em Pedagogia	Estatuário	Bairro São José
Aldeia Pupunha	Prof.P17	Lic. em Matemática	Celetista	Bairro São Cristóvão
Carará	Prof.P18	Normal superior	Celetista	Bairro Nova Humaitá
Estirão grande	Prof.P19	Lic. em Pedagogia	Celetista	Distrito de Auxiliadora/Rural
Mirarí	Prof.P20	Lic. em Pedagogia	Estatuário	Bairro Nsa. Sra. do Carmo
São Rafael	Prof.P21	Normal Superior	Estatuário	Bairro Centro
Ipixuna	Prof.P22	Lic. Ped. Msc. Educação	Estatuário	Bairro Novo Centenário
Aldeia marmelo	Prof.P23	Magistério Pirayawara	Celetista	Aldeia Marmelo / área rural
	Prof.P24	Lic. Pedag. Intercultural	Celetista	Aldeia Marmelo / área rural
	Prof.P25	Magistério Pirayawara	Celetista	Aldeia Marmelo / área rural
Aldeia do traíra	Prof.P26	Magistério Pirayawara	Celetista	Aldeia do Traíra / área rural
	Prof.P27	Magistério Pirayawara	Celetista	Aldeia do Traíra / área rural
Esc. Matriz – área urbana	GEM	Lic. Matemática	Estatuário	Bairro Novo Centenário
	Pedagoga	Lic. em Pedagogia	Estatuário	Bairro São Pedro

**Fonte:** Autor (2022); Elaboração baseada nos dados coletados no Setor de Pessoal da Coordenadoria Regional do Município de Humaitá-Amazonas; Elaboração pelo autor.

**Quadro 3** - Perfil para o cargo de professor(a) Presencial do Ensino Médio Presencial Mediado por Tecnologia – Editais 2018/2022

Edital	Comunidades do Municípios de Humaitá	Ano/ Categoria	Requisitos
Concurso público 2018 Edital de n° 01 – nível superior	Não há quadro em anexo ao edital com a relação de Comunidades/ Localidades para saber se houve oferta para as comunidades locais	2018 - Estatuário/ efetivo – ensino regular básico	Diploma de Graduação - Licenciatura em qualquer área do conhecimento fornecido IES reconhecida pelo MEC
Concurso público 2018 Edital de n° 03 – ensino indígena	Não foram ofertadas vagas para essa modalidade neste edital para educação Indígena;	2018 - Estatuário/ efetivo – educação indígena	Não se aplica
Edital n° 001 – 2019/2020 pss/2019 seduc	Aldeia Vila Nova; Estirão Grande; Aldeia Pupunha; Santa Luzia Lago do Antônio; Valvides - Descanso; Aldeia Marmelo; Aldeia Traíra; Carara; Cristolândia; São Rafael.	2019/2020 - Temporário/ce letista - ensino básico (obs )	Diploma de Graduação - Licenciatura em qualquer área do conhecimento fornecido IES reconhecida pelo MEC
Edital n° 01/2022 processo seletivo simplificado- pss/seduc/2022 para as escolas da rede estadual de ensino capital/interior	Não houve vagas para Humaitá;	2022 - Temporário/ce letista	Diploma devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação, em Licenciatura Plena em qualquer área de conhecimento, fornecido por Instituição de Ensino Superior - IES reconhecida pelo MEC.
Edital n° 02 – 2022 processo seletivo simplificado- pss/seduc/2022 interior-área indígena	Não houve vagas para Humaitá;	2022 - Temporário/ce letista - educação indígena	<b>a)</b> ATA de reunião da comunidade, com assinaturas do Cacique/Tuxaua (se houver), das lideranças e membros da comunidade/aldeia presentes na reunião onde funciona a Escola Indígena ou sala anexa. [...]. <b>b)</b> Diploma ou declaração de conclusão ou de estar cursando Licenciatura Plena em qualquer área de conhecimento; ou Diploma de Magistério Indígena (Projeto Pirayawara [...]). <b>c)</b> Ensino Médio completo com Formação Continuada em Educação Escolar Indígena (com carga horária mínima de 80h/a) ou; <b>d)</b> Ensino Médio completo ou Técnico para candidatos indígenas com anuência de sua comunidade/aldeia/povo.

Fonte: SEDUC-AM (2022); Elaboração baseada nos dados coletados dos editais de Concurso e Processos Seletivos no site da SEDUC-AM; Elaboração pelo autor.

*Submetido em:* 20 de setembro de 2023

*Aprovado em:* 20 de outubro de 2023

*Publicado em:* 01 de novembro de 2023.

**Autoria:**

Autor 1:

Valdson Moura Tenório

Graduando do Curso de Pedagogia.

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

E-mail: vmouratenorio@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-8142-9256>

País: Brasil

Autor 2:

Nome Ângela Maria Gonçalves de Oliveira

Pós Doutora em Educação pela Universidade Federal de Tocantins. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Graduação Pedagogia e Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas. Docente efetivo da Universidade Federal do Amazonas-UFAM

Instituição: Universidade Federal do Amazonas -UFAM

E-mail: angelabiase@ufam.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1619-8958>

País: Brasil

Autor 3:

Nome: Eulina Maria Leite Nogueira

Possui graduação em Licenciatura em Estudos Sociais pela Universidade Federal do Amazonas (1987), graduação em História pela Universidade Federal do Amazonas (2003), graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (2000), Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (2007) e Doutorado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Amazonas, possui experiência na Educação, com ênfase nas seguintes áreas: Formação de Professores, Políticas Públicas, Educação do Campo, Educação Indígena e Diversidade Cultural. Credenciada no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ensino: Ciências e Humanidades

Instituição: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

E-mail: eulinanog@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7725-6464>

País: Brasil